



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE**  
**SECRETARIA ESTADUAL**

**Despacho nº:** 299/PR-AC/SE

**Referência:** 1.10.000.000412/2026-95

**Assunto:** 04.360 | *Administração - Prestação de Serviços - Manutenção Predial | CNMP 930076 - Contratação emergencial de locação de transformador trifásico.*

1. Trata-se de análise de procedimento administrativo que visa à contratação direta de empresa especializada para a locação de transformador de energia elétrica trifásico (300 kVA, 13,8 kV), com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, para suprir a necessidade imediata da Procuradoria da República no Acre (PR/AC).

**DA CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO EMERGENCIAL**

2. A situação de emergência encontra-se fartamente documentada e fundamentada nos autos, atendendo aos requisitos do art. 75, inciso VIII, do novel diploma licitatório. A localização e o atendimento às exigências legais podem ser verificados nos seguintes pontos do PGEA:

2.1 **O Fato Gerador e o Risco Iminente:** Conforme o Relatório nº 7/2026-SMSG/PR-AC e o DFD, em 13 de março de 2026, ocorreu uma falha crítica (curto-circuito interno) no transformador de potência original (750 kVA), resultando na interrupção do fornecimento regular de energia. O grupo moto-gerador da unidade operou ininterruptamente por mais de 14 horas, atingindo o regime de exaustão e apresentando risco iminente de colapso, o que comprometeria sistemas essenciais como o Centro de Processamento de Dados (CPD), climatização, elevadores e a própria segurança das instalações.

2.2 **Nexo de Causalidade e Necessidade de Continuidade:** A urgência caracteriza-se pela necessidade de manter a continuidade do serviço público e evitar prejuízos irreparáveis à infraestrutura administrativa e institucional. A impossibilidade de aguardar o tempo de um procedimento licitatório ordinário é evidente, dado que o prédio ficaria

desprovido de energia elétrica.

**2.3 Limitação do Objeto e do Prazo:** A contratação restringe-se ao bem indispensável para sanar a crise (locação de transformador de 300 kVA). O prazo de vigência estabelecido é de 6 meses, com possibilidade de extensão até o limite legal de 1 ano, em estrita observância ao art. 75, VIII, da Lei 14.133/2021.

**2.4 Instrução Processual (Art. 72):** O processo contém o Documento de Formalização de Demanda (DFD), o Termo de Referência (TR), a estimativa de despesa com pesquisa de mercado (três orçamentos válidos), o parecer técnico da SECGC sugerindo a contratação direta e a comprovação de disponibilidade orçamentária no valor de R\$ 85.716,00 (Demanda Cosmos nº 48808).

### DA ANÁLISE JURÍDICA

3. Houve a devida aprovação pela Assessoria Jurídica da PR/AC, por meio do Parecer Jurídico nº 22/2026/MPF/PR-AC/GABPC/ASSJUR, emitido em 29 de abril de 2026. O assessor jurídico opinou pela "possibilidade jurídica da contratação", atestando que a instrução processual é regular, a habilitação da empresa **MB Engenharia e Serviços Elétricos Ltda.** foi comprovada e que a minuta contratual guarda conformidade com o modelo padronizado da AGU.

### CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTO

4. Considerando que a instalação do equipamento ocorreu em 14 de março de 2026 em regime provisório de urgência para garantir a continuidade operacional, faz-se imperativa a formalização retroativa da avença para regularizar a prestação dos serviços e permitir o devido adimplemento financeiro.

5. Diante do exposto, esta Secretaria Estadual resolve **AUTORIZAR** a contratação direta por dispensa de licitação da empresa MB ENGENHARIA E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA (CNPJ 56.061.895/0001-29), pelo valor global de **R\$ 85.716,00** para o período inicial de 6 meses.

6. Encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Administração (CA/PRAC) para:

6.1 A formalização do instrumento contratual, com base na minuta aprovada;

6.2 A publicação do extrato de dispensa e do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de 10 dias úteis (art. 94, II, Lei 14.133/21);

6.3 As providências para a liquidação e o pagamento dos serviços já prestados desde a data da efetiva instalação (**14/03/2026**), mediante a apresentação das notas fiscais e atesto da fiscalização técnica, observando-se a ordem cronológica de pagamentos para locações.

6.4 Cumpra-se.

Rio Branco-AC, 8 de maio de 2026.

(assinado digitalmente)  
PAULO MACHADO CORREA  
SECRETARIO ESTADUAL

Assinado com login e senha por PAULO MACHADO CORREA, em 08/05/2026 16:22. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 529ebe65.baf00f03.f7daab40.92ae9e9b